

Democratização e desenvolvimento

Mário Murteira

I

Uma década após a queda da ditadura e a riquíssima experiência de vida democrática em Portugal, é pertinente interrogarmo-nos sobre as razões profundas do relativo malogro dessa experiência em termos do «terceiro D» do programa do MFA, isto é, dos obstáculos e bloqueios encontrados no caminho - tão desejado do desenvolvimento.

À primeira vista, todavia, poderia justificar-se pôr o problema às avessas: como foi possível sacrificar tão pouco o desenvolvimento, dadas as profundas convulsões e tensões sofridas pela sociedade portuguesa nestes últimos dez anos, e atendendo ainda à grave crise económica internacional entretanto verificada? As manifestações da opinião pública, incluindo os resultados de vários inquéritos e sondagens, parecem, com efeito, revelar que a maioria da população - ainda que longe de ser a *grande* maioria - acha positivo o saldo ou valor líquido do relativo êxito dos dois primeiros D (democratizar, descolonizar) e do relativo inêxito do terceiro. Todavia, mesmo nesta perspectiva, parece legítimo admitir que, no futuro, será esbatido na consciência social o efeito positivo da descolonização, e o próprio efeito da democratização política será cada vez mais julgado à luz do mérito ou demérito atribuído ao regime político na procura do desenvolvimento.

Sendo assim, surge então uma questão ainda muito genérica, mas diferentemente formulada: em que medida as causas e factores que, neste passado recente, impediram que a democratização política fosse portadora de desenvolvimento económico e social, poderão ser superados no futuro, de molde a consolidar o regime democrático em Portugal?

De maneira geral, a opinião pública parece manifestar-se fortemente a favor da democracia política, mas também profundamente desencantada com a sua expressão partidária que, no entanto, se revela essencial à primeira. Dir-se-ia que se deseja a democracia apesar dos partidos, esquecendo-se que não há democracia sem pluralismo partidário. Ou dito doutra forma: valoriza-se positivamente a democracia porque assegura direitos fundamentais aos cidadãos, mas desvaloriza-se o poder político democrático porque - supõe-se - está inquinado pela mediocridade dos partidos e, digamos, da maioria dos políticos. Estes, por seu turno, poderão afirmar que os profissionais da política - em média - não são piores nem melhores do que outras categorias profissionais que existem em Portugal - jornalistas, intelectuais, padres, professores, militares, etc ...

Poderia contra-argumentar-se dizendo que os políticos são os representantes do povo e que este é sistematicamente decepcionado pelos seus eleitos - a incompetência profissional dos políticos (dir-se-ia) é qualitativamente mais grave do que qualquer outra incompetência profissional, pois afecta a esfera mais decisiva e, em princípio, mais nobre da vida social - precisamente o social no seu todo, o social organizado no Estado de direito.

Enfim, este tipo de reflexão - espécie de concurso entre as diversas (in)competências nacionais - não parece fecundo. Parece mais promissor tentar compreender as causas da impotência do poder democrático face aos grandes problemas do desenvolvimento do País; certos políticos, afinal, não serão tão *incompetentes* como *impotentes* e o seu descrédito resultará antes de pretenderem (conscientemente ou não) possuir uma capacidade de acção sobre o real que na prática hoje lhes escapa. Falam de tudo, prometem tudo, mas na realidade, parece que podem ainda menos do que sabem.

Aparentemente, a apontada impotência do poder democrático face aos grandes problemas do desenvolvimento do País, ao menos em parte, seria explicada pela crescente dependência externa da nossa economia e da nossa sociedade. Uma reflexão mais atenta, todavia, levará a concluir que *essa dependência acrescida, antes de ser causa da impotência do poder democrático, se revela, ao contrário, sua consequência.*

Consequência, todavia, que por vezes parece consciente e alegremente assumida - quando alguns políticos nacionais se revelam mais pressurosos em satisfazer e atender solicitações externas do que solicitações dos seus próprios eleitores.

Seja como for, resta por explicar essa incapacidade política de resolver problemas de fundo - não necessariamente assumidos como tal (longe disso!) ao nível da chamada classe política que ocupa a área do poder, mas sentidos como tal pelo cidadão comum. Problemas como a redução do nível de vida, a inflação, a falta de habitações, o aumento da criminalidade, o desemprego ou a ameaça do desemprego, etc...

Neste caso, o economista profissional será tentado a dizer o mesmo que o político e o governante profissional (que, aliás, na esfera económica, geralmente transmite o que lhe sopra no ouvido o seu economista preferido), isto é: dada a situação da nossa dívida externa, e a fragilidade da balança de pagamentos, a margem de manobra da política económica nacional é estreita como o fio duma navalha e, na realidade, não há alternativa (no essencial) à política que tranquilize os nossos credores externos - ou seja, cartas de intenções endereçadas ao **FMI**, programas de estabilização, etc ..

Além do economista, talvez o sociólogo profissional possa também soprar, de forma tranquilizante, ao ouvido do político, que a situação acima referida não é assim tão funesta para o cidadão comum, pois este tem o largo e florescente espaço da economia subterrânea para se livrar de apuros (e, afinal, essa economia submersa acrescenta mais de 20% ao PIB oficial, ainda que nem todos os cidadãos possam submergir-se com o mesmo talento ou facilidade).

Assim sendo, o político governante seria impotente, mas feliz, por força duma dupla ordem natural ou duma dupla mão invisível - dos grandes ajustamentos monetários-financeiros à escala do capitalismo

internacional; dos pequenos ajustamentos ou arranjos da economia clandestina que permitem *irmos vivendo*, à escala do capitalismo nacional.

Mas que foi feito, neste cenário, do terceiro D do generoso projecto do MFA?

II

Parece que o falhado mas necessário *desenvolvimento*, depois da democratização e da descolonização, requer repensar estas e extrair-lhes novas consequências. Quanto à descolonização, já muitos sabem que está em causa encontrar nova forma de inserção internacional da economia portuguesa (para além dos murchos mitos da «plena adesão à CEE») que constitua solução durável para a nossa balança de pagamentos, além do mais. Quanto à democratização - e é a sua relação com o desenvolvimento que nos interessa aqui abordar - parece que implica profunda revisão *do que tem sido a esfera do político* na vida nacional depois do movimento libertador de 25 de Abril de 74. A democracia, ou *respeita ao povo e respeita o povo* - ou seja, ou é instrumento do desenvolvimento económico e social de todos e sobretudo dos mais desprotegidos - ou é uma ficção, uma grosseira burla que a História rejeitará, mais tarde ou mais cedo.

A esfera ou área do político na existência social não é apenas - não pode ser, não deve ser - a área dos partidos, dos políticos profissionais e das lutas, transparentes ou opacas, pelo poder. A esfera do político é também o espaço do exercício do poder legítimo ao serviço dos cidadãos. Assim, o *poder legitima-se não apenas por força de determinado processo de escolha dos governantes mas também por força de certa forma de exercício do poder pelos governantes*. A nossa democracia tem sido excelente no primeiro nível; desoladora, no segundo.

E é claro que a acentuar-se, no futuro, este contraste chocante entre um processo de escolha e um processo de actuação dos escolhidos haverá forte pressão social para modificar o processo de escolha, mesmo que os resultados de tal mudança sejam largamente incertos.

Se o poder democrático não tem sido eficazmente exercido ao serviço dos legítimos interesses e aspirações dos cidadãos, em matéria de desenvolvimento económico e social, e para além de todos os condicionantes e fatalidades internas e externas, é porque existe em Portugal qualquer carência ou lacuna grave de natureza essencialmente política. Tal carência revela-se, visivelmente, em matéria de administração do Estado, da macro e micro gestão da coisa pública, mas também tem consequências a níveis mais profundos do tecido social. Não são apenas partidos e homens políticos que se desgastam e perdem apoio popular; são todas as formas institucionais de participação na vida da sociedade que perdem vigor e respeitabilidade, não só a Assembleia da República. Por exemplo, sindicatos e órgãos de gestão democrática nas escolas, nas empresas e nas estruturas de administração regional e local.

Não apenas floresce a economia subterrânea, mas toda a vida social tende, em certo sentido, a refugiar-se na marginalidade: se o oficial (ou o legal) não é credível, há que continuar vivendo à sua margem - e este efeito de marginalização é, como se sabe particularmente activo nas camadas jovens da população.

Parece que resultam desta breve análise duas consequências genéricas, só contraditórias na aparência: por um lado, o *político formal* deve restringir acentuadamente a sua incidência no quotidiano dos cidadãos, procurando antes estimulá-los a assumir nas suas mãos o *político-concreto* na área dos seus interesses imediatos; -por outro lado, o *político-formal* carece de afirmação reforçada nas áreas cruciais que cabem na sua directa responsabilidade, responsabilidade que não pode (deve) transferir para o exterior das fronteiras nacionais.

Dir-se-ia, pois, que surge um duplo apelo, no sentido de tomar a democracia veículo de desenvolvimento dos cidadãos e não do seu subdesenvolvimento e alienação: apelo à auto-gestão dos legítimos interesses dos cidadãos contra a indesejada e ineficaz tutela do Estado omnipresente mas omni-impotente; apelo ao reforço do poder público central, naquilo em que mais gravemente a debilidade desse poder tem provocado o não desenvolvimento da sociedade portuguesa.

Neste segundo aspecto, surge então a questão porventura mais delicada que explica o relativo malogro da democracia portuguesa no campo do desenvolvimento: como compatibilizar ou conciliar uma exigência de estabilidade, coerência e determinação do poder político no enfrentar dos grandes problemas nacionais, com a dependência do poder em relação à representação partidária dos cidadãos? Questão complexa que seguramente não cabe aqui analisar em profundidade. Todavia, parece que estão em causa: por um lado, estimular vias de representação dos cidadãos (ou dos seus interesses) em áreas determinadas que sejam independentes dos partidos políticos; por outro lado, encontrar domínios quase consensuais - ou de ampla aceitação popular - de actuação do poder público, que constituam, por assim dizer, *compromissos de governação* relativamente independentes da composição dos governos (tal poderia ser um plano de desenvolvimento a médio prazo, suficientemente preciso e motivador); enfim, reconhecer efectivamente à entidade Presidente da República, mandatada pelo voto popular, uma vocação supra-partidária e uma área de actuação que maximizasse o elemento aglutinador e polarizador duma vontade política nacional orientada para o uso dos métodos democráticos na procura concreta e firme do desenvolvimento económico e social do País.

Tudo isto, porém, surge razoavelmente inócuo ou mesmo ambíguo se não se acrescentar algo de mais preciso em termos de conteúdo das relações sociais. Quando se pretende conduzir um processo de democratização na linha do desenvolvimento, e assegurar certas características à dinâmica política do Estado, não é possível escamotear os conflitos de classe, nem assumir - ou pretender assumir - uma posição supra ou extra-partidária em termos de relacionamento da prática política com as classes e estratos sociais que integram a economia e a sociedade. Há classes e estratos que são ou podem ser portadores de mudanças positivas na organização social; outros, pelo contrário, são mais posicionados em termos de conservação da ordem existente ou de bloqueio de mudanças com sentido progressivo. Em particular, a salvaguarda da independência nacional tanto pode surgir como discurso ideológico das forças mais conservadoras como das mais dinâmicas da sociedade. Também a crítica das organizações partidárias não

pode colocar-se nos mesmos termos em relação a partidos cuja base de apoio é predominantemente operária ou a partidos sobretudo enraizados nos estratos médios e superiores da estrutura social. Por outras palavras ainda: ao nível ideológico, democratizar para desenvolver só faz sentido dentro de certa concepção da História e dos movimentos sociais. É útil lembrar que a *grande hipótese* subjacente à Constituição de 1976 residia na confiança atribuída ao processo democrático de transição para o socialismo. A hipótese não foi confirmada pela experiência: teve-se um processo sem dúvida democrático; a transição porém, deu-se mais no sentido dum capitalismo imperial e relativamente auto-centrado, ainda que subdesenvolvido, para um capitalismo periférico estruturalmente dependente do centro desenvolvido, *democratizar para desenvolver não passará, ainda hoje, tudo somado, pela redescoberta da transição possível para o socialismo necessário?* E a crítica fundamental a fazer aos partidos (aos partidos *relevantes*, na nossa perspectiva) encontra-se finalmente, na incapacidade historicamente comprovada para conjugarem esse *possível* com esse *necessário* na década que se iniciou em 74.

Desta incapacidade jamais poderá ser responsabilizado o Movimento das Forças Armadas que o País conheceu com alegria e esperança em 25 de Abril de 1974.